

conclusão do processo de extinção do Instituto da Água, I. P., por fusão, conforme Despacho n.º 9857/2015, do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., de 24 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 31 de agosto de 2015, foi determinada a integração no mapa de pessoal único da Secretária-Geral do Ministério das Finanças, na carreira e categoria de Assistente Técnico, na sequência do exercício de funções em mobilidade neste serviço, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 248.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da trabalhadora a seguir identificada:

Nome	PR	NR	Efeitos	Serviço de origem
Ana Maria Lopes Galvão Gonzaga	9.ª	14	18-08-2015	Ex-INAG

7 de dezembro de 2015. — O Secretário-Geral-Adjunto do Ministério das Finanças, *Adérito Duarte Simões Tostão*.

209184237

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 15539/2015

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Beatriz Maria de Castro Gomes Mascarenhas Lavrador Neto Guimarães para exercer funções de técnico especialista no meu Gabinete, nas suas áreas de especialidade.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao dos adjuntos de gabinete.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 27 de novembro de 2015.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

2 de dezembro de 2015. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

Síntese curricular

Dados Pessoais

Beatriz Maria de Castro Gomes Mascarenhas Lavrador Neto Guimarães

Nascida a 27 de janeiro de 1963

Portuguesa, natural de Alvalade, Lisboa

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1981-1986

Programa de Alta Direção de Empresas, AESE, Escola de Direção de Negócios Lisboa, 2000-2001

Experiência Profissional

Exerceu funções de Adjunta no Gabinete do Ministro da Justiça do XX Governo Constitucional

De fevereiro de 2014 a outubro de 2015: Técnica Especialista no Gabinete da Ministra da Administração Interna do XIX Governo Constitucional

De janeiro de 2000 a outubro de 2012: Administradora no Grupo Evicar com os pelouros da assessoria jurídica, gestão do património imobiliário, comunicação e marketing e sistemas de emprego e qualidade.

Janeiro 1997-1999: Secretária do Conselho Científico do ISLA, Instituto Superior de Línguas e Administração, Lisboa (Universidade Europeia, Laureate International Universities).

1988-1997: Docente responsável pelas cadeiras de Princípios Fundamentais de Direito I (noções gerais de direito civil e de direito constitucional) e II (noções gerais de direito comercial e de direito do trabalho) do curso de Assessoria de Administração do ISLA (Instituto Superior de Línguas e Administração).

1986-1998: Assessora Jurídica e Membro da Direção Pedagógica do Instituto Superior de Línguas e Administração, Lisboa (Universidade Europeia, Laureate International Universities).

Desde 1986: Advogada (cédula profissional n.º 7781). Exerceu a advocacia sobretudo nas áreas do direito comercial e do direito administrativo.

Outros Cargos e Funções

Vogal da Direção da Cáritas Diocesana de Lisboa desde 2013.

Vogal do Conselho Fiscal da Cáritas Diocesana de Lisboa de 2008 a 2013. Membro do Conselho Geral do Agrupamento de Alumni da AESE.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral de diversas sociedades, entre outras, da Partenerg — Participações Energéticas (SGPS), Carfor S. A., Leasemotor, S. A., e Evicar (Leiria).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Acocip (Associação de Concessionários Citroen de Portugal) de 2004 a 2008.

Direção do secretariado central do curso de estágio dos advogados estagiários realizado pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, 1990.

Formação Complementar e Outros

Curso de Alta Direção em Gestão de Unidades de Saúde do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (2013-2014);

Curso de pós-graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, Universidade Católica Portuguesa Lisboa, 2013;

Participou no Congresso Expomanagement (HSM), Madrid, 2008; Participou no Fórum Mundial de Marketing e Vendas (HSM), AESE, Lisboa, outubro de 2005;

Foi eleita e participou, como delegada, no IV Congresso de Advogados, realizado no Funchal, em maio de 1995;

Participou no Congresso Internacional, Contratos — Atualidade e Evolução. Universidade Católica, Porto, novembro de 1991;

Foi eleita e participou. Como delegada, no III Congresso de Advogados, realizado no Porto, em 1990;

Foi-lhe atribuído, pela Ordem dos Advogados, o prémio «Abranches Ferrão» pelo seu trabalho de conclusão de estágio intitulado «Considerações sobre o Segredo Profissional».

Bolseira do Instituto Universitário do Luxemburgo para um curso do mesmo Instituto subordinado ao tema «As relações comerciais da Europa com os países desenvolvidos: organização e resultados». Luxemburgo, julho de 1987.

209174306

Despacho n.º 15540/2015

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o Superintendente João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro, sob proposta do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, para exercer as funções de oficial de ligação entre a PSP e o meu Gabinete, bem como as de assessoria especializada nas matérias compreendidas nas atribuições da mesma força de segurança e, ainda, em todos os assuntos relativos aos domínios da segurança pública e da investigação criminal, nos termos das disposições conjugadas dos números 4 e 5 do artigo 4.º, e do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, do artigo 3.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, e do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de outubro.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao dos adjuntos de gabinete.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei.

4 — O designado fica expressamente autorizado a exercer atividades de docência e de investigação em instituições de ensino superior.

5 — Para efeitos do disposto na al. *a*) do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a partir de 26 de novembro de 2015.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

2 de dezembro de 2015. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro;

Data de Nascimento: 5 de janeiro de 1967;

Naturalidade: Atalaia, Vila Nova da Barquinha.